

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.521 - DF (2019/0340381-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF  
**ADVOGADOS** : CAIO CESAR FARIAS LEONCIO - DF035337  
ANDRÉ SOUZA VIALI - DF057350  
IZABELLA DE OLIVEIRA DE ALMEIDA - DF058514  
**RECORRIDO** : SANDRA DE ARAUJO RODRIGUES DE SOUZA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA. VERBA ATINENTE A RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. IMPOSSIBILIDADE.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento que a devolução do imposto de renda retido ao contribuinte não descaracteriza a natureza alimentar dos valores a serem devolvidos, quanto se trata de desconto parcial do seu salário (REsp 1150738/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/05/2010, DJe 14/06/2010).*

*2. Com supedâneo na norma do art. 833, IV, do CPC, as importâncias percebidas a título de restituição de Imposto de Renda, em virtude de sua natureza alimentar, são impenhoráveis.*

*3. Negou-se provimento ao recurso." (e-STJ, fl. 236)*

Em suas razões, a recorrente sustenta, em síntese, violação dos arts. 85, § 14, e 833, § 2º, do CPC/2015, além de dissídio jurisprudencial.

Afirma que *"a penhora da verba salarial é legítima quando se destinar ao pagamento de prestação alimentícia, aqui incluídos os honorários advocatícios em decorrência de sua natureza alimentar"* (e-STJ, fl. 305).

Defende, assim, a possibilidade de penhora da restituição de imposto de renda para pagamento de honorários advocatícios e acentua que *"a cobrança de honorários advocatícios, por se revestirem de natureza alimentar, excepciona a regra de impenhorabilidade"* (e-STJ, fl. 298).

É o relatório. Passo a decidir.

Consoante a jurisprudência desta Corte, *"é de se permitir, portanto, que pelo menos uma parte do salário possa ser atingida pela penhora para pagamento de prestação alimentícia, incluindo-se os créditos de honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, os quais têm inequívoca natureza alimentar"* (CPC/2015, art. 85, § 14)" (AgInt no REsp 1.732.927/DF, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, DJe 22/03/2019).

No caso, extrai-se dos autos que o Magistrado de primeiro grau, em execução de título extrajudicial proposta pela recorrente em desfavor da ora recorrida, deferiu parcialmente o pedido de penhora da restituição do imposto de renda da recorrida, limitando-a ao valor indicado como honorários de sucumbência de 10% do valor da dívida, excluindo o *quantum* indicado como honorários contratuais.

O Tribunal de origem manteve a decisão de primeiro grau, sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 238/241):

*"No caso em análise, a fundação agravante insurge-se contra a decisão que indeferiu a penhora da restituição de imposto de renda da agravada do valor referente aos honorários contratuais.*

*Nos termos dos artigos 831 e 832 do Código de Processo Civil de 2015, todos os bens de propriedade do devedor, desde que tenham valor econômico, via de regra, podem estar sujeitos à execução, porém, a lei exclui determinados bens da constrição judicial, dentre eles, os considerados impenhoráveis, elencados no art. 833 e incisos, do Código de Processo Civil.*

*Com efeito, conforme preconiza o art. 833, IV, e §2º, CPC-2015, as importâncias percebidas a título salarial ou proventos de aposentadoria, em virtude de sua natureza alimentar são impenhoráveis, salvo para o pagamento de prestações alimentícias.*

*[...] Com efeito, é sabido que o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento, inclusive em recurso repetitivo, no sentido de impossibilidade de penhora de verbas salariais.*

*[...] No que tange à restituição do imposto de renda, importante lembrar que o imposto sobre a renda ou rendimento se reflete na obrigação do contribuinte, pessoa física ou jurídica, de deduzir uma porcentagem específica de sua renda média anual para o Governo Federal.*

*Referida dedução é realizada tomando como base as informações financeiras de cada contribuinte, e obedece a uma tabela preestabelecida. Assim, a quantia referente a restituição do imposto de renda consiste no valor descontado a mais e, portanto,*

*é devolvido ao contribuinte.*

*[...] verifica-se que a quantia referente à restituição de imposto de renda não perde sua característica de natureza alimentar quando se trata de desconto parcial do salário, sendo, portanto, impenhorável.*

*Na hipótese em estudo, a agravante não logrou êxito em demonstrar a existência/declaração de renda diversa do salário/vencimento da agravada.*

*Deveras, a norma processual executória é cristalina ao determinar a absoluta impenhorabilidade dos vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios, só podendo sofrer mitigação na hipótese do § 2º do artigo supracitado (prestação de alimentos). Contudo, não é a hipótese dos autos.*

*Importante registrar, quanto aos honorários advocatícios, ainda que tenham caráter alimentar, não podem ser qualificados como prestação alimentícia, prevista no §2º do art. 833 do Código de Processo Civil.*

*Essa prestação, segundo a exegese literal do dispositivo, é aquela arbitrada em ação de alimentos, com supedâneo na Lei 5.478/68, segundo a qual inova no cenário jurídico, criando uma prestação alimentar de trato sucessivo e contínuo àquele responsável pela obrigação alimentar e familiar.*

*Ao passo que os honorários advocatícios, embora possuam natureza alimentar, não podem ser considerados prestação alimentícia, uma vez que não detêm as características mencionadas anteriormente."*

Como se observa, a Corte local entendeu não ser possível a penhora da restituição do imposto de renda da recorrida para o adimplemento de honorários advocatícios **contratuais**, em desconformidade com a orientação desta Corte, que, como anteriormente assinalado, admite a mitigação da impenhorabilidade das verbas salariais no caso de dívida alimentar, como são considerados os honorários advocatícios.

Não obstante se reconheça e se homenageie a natureza alimentar do crédito dos honorários advocatícios e a possibilidade de deferimento de penhora do salário do devedor para satisfazer tal crédito, deve-se considerar, com muito critério, na situação específica, a fixação do percentual adequado da constrição a atender ao direito da recorrente e não reduzir a recorrida e sua família à indignidade.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou

# *Superior Tribunal de Justiça*

provimento ao recurso especial, a fim de permitir a penhora da verba decorrente de restituição de imposto de renda para pagamento de honorários advocatícios, em percentual a ser definido pelo Juízo de primeiro grau.

Publique-se.

Brasília/DF, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator